



aepet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

OUTUBRO - 1991

MANIFESTO

EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO E DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO

A Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS — AEPET, que congrega cerca de 6.000 profissionais das diversas categorias universitárias do SISTEMA PETROBRÁS, promove esta reunião para comemorar o 38º aniversário da Empresa, orgulhosa dos relevantes e indiscutíveis serviços prestados pela Companhia ao desenvolvimento nacional.

Em menos de quatro décadas os brasileiros ergueram uma obra monumental. Partindo de acervo modesto, também construído por brasileiros, no antigo Conselho Nacional de Petróleo, os trabalhadores da PETROBRÁS a transformaram na maior empresa do País, do hemisfério sul e situada entre as 12 primeiras companhias petrolíferas do mundo.

Sem receber recursos do Tesouro a PETROBRÁS já produz 710 mil barris/dia de petróleo, 18 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural, mantendo reservas da ordem de 8 bilhões de barris, superiores às da SHELL e da EXXON, as duas maiores empresas petrolíferas do mundo; suas operações correspondem a 3,5% do PIB brasileiro e a 10% do produto industrial do País; 55.000 empregados diretos e 3 milhões de indiretos; 10 refinarias, com capacidade para processar 1,5 milhão de barris/dia — o 8º parque de refino; 6.100 km de oleodutos e gasodutos; 73 navios correspondendo a mais de 5 milhões de toneladas de porte bruto — a segunda frota mundial em termos de empresa.

Em 1990 a PETROBRÁS recolheu aos cofres públicos, entre impostos, taxas, contribuições sociais e royalties, cerca de US\$ 2,6 bilhões, mais de 5% de toda a arrecadação tributária do País. Esta valiosa contribuição da Companhia para diminuir o déficit público. Além disso tem a receber do governo federal e de outras estatais mais de US\$ 2,0 bilhões. Suas operações de produção, refino, transporte e exportação de derivados, economizando e gerando divisas, respondem por aproximadamente 80% do superávit da nossa balança comercial.

Os produtos da PETROBRÁS são colocados no mercado interno a preços inferiores aos internacionais, sem quaisquer alíquotas de proteção. Nos últimos 10 anos o consumidor brasileiro economizou US\$ 58 bilhões, em razão da diferença entre os preços médios de realização praticados pela PETROBRÁS e os vigentes no mercado internacional.

O desenvolvimento tecnológico proporcionado pela PETROBRÁS tem dimensão extraordinária. Assumiu liderança incontestável na exploração offshore, em águas profundas, com mais de 10 recordes mundiais na Bacia de Campos. O seu Centro de Pesquisas — o maior da América Latina — além de centenas de profissionais universitários, dispõe de 33 doutores e 83 mestres, todos da mais alta qualificação, alguns deles convidados até mesmo para lecionar em universidades do primeiro mundo. A PETROBRÁS, sozinha, investe em ciência e tecnologia, 50% a mais que todas as empresas privadas no País.

Na pesquisa do petróleo o índice de sucesso da PETROBRÁS, em 1988, foi de 30,2% no mar e 35,8% em terra, contra a média mundial de 10%.

A companhia fez surgir e crescer a indústria brasileira de bens de capital, empresas de engenharia e de várias outras atividades econômicas, adquirindo, de preferência em nosso País, mais de 90% de suas necessidades em materiais, equipamentos e serviços. São bilhões de dólares aplicados com o objetivo de desenvolver a economia nacional.

Por tudo isso, e muito mais, esta seria uma hora apenas para festejos e comemorações. Mas é, também, um momento de muita preocupação, quando se verifica que os adversários de sempre, a pretexto de emendas à Constituição, voltam-se, mais uma vez, contra o monopólio estatal do petróleo.

Muito ao contrário do que alegam os pregoeiros da "modernização da economia", na indústria do petróleo a tendência histórica irreversível é o controle, cada vez maior, do Estado. Das cinquenta maiores empresas de petróleo do mundo, 30 são estatais. Se, ao invés de 50 considerarmos, somente, as 15 maiores, 8 são estatais.

Também o pretendido retorno dos contratos de risco não pode ser levado a sério, quando os 243 contratos, celebrados com as 35 maiores empresas estrangeiras, cobrindo uma área superior a 80% das nossas bacias sedimentares, num prazo de 15 anos, uma gota sequer de petróleo produziram.

Entendimento nacional verdadeiro ocorreu no período da última Constituinte. Na elaboração da Lei Magna predominou ora o voto da maioria esmagadora, quando houve consenso, ora a conciliação das tendências partidárias, e tudo com a influência das instituições mais representativas do País e a vibrante participação dos mais variados segmentos sociais.

Na realidade a Constituição de 88 é o mais democrático dos nossos Textos Supremos. Nesse ambiente e na incessante busca do que fosse melhor para a Nação e o Regime, dispostivos houve que alcançaram a quase unanimidade dos sufrágios dos Constituintes. É o caso do artigo 177 que determina o monopólio estatal do petróleo, consagrado com 441 votos a favor, apenas 7 contrários e 6 abstenções.

É incompreensível que decorridos apenas 3 anos da promulgação da Carta de 1988 pretenda-se modificar o que resultou da mais alta manifestação da vontade de um povo, proclamada através dos seus constituintes.

No caso específico do monopólio estatal do petróleo os constituintes de 87/88 levaram naturalmente em conta os fundamentais interesses estratégicos, ligados à soberania política e à emancipação econômica do País.

Aliás, reafirmaram o que já constava da Lei 2004/53, da Constituição de 1967 e da Emenda número 1 de 1969.

Num mundo de blocos e forças hegemônicas é imperativo preservar-se o País da dependência econômica.

A verdade é que a Constituição de 1988 procurou aperfeiçoar nossa Democracia com as mais nobres e avançadas conquistas da civilização, nos campos político, jurídico, econômico e social.

Não é admissível ser alterada ou modificada, pelo simples capricho de tecnocratas e reformistas destituídos de visão política e sensibilidade patriótica do que realmente interessa ao Brasil.

A Constituição não é, de forma alguma, empecilho à governabilidade e, muito menos, o monopólio estatal do petróleo.

A Constituição Brasileira é um documento moderno e a PETROBRÁS é um vivo e incontestável exemplo de modernidade, no campo da economia.

Unamo-nos, pois, na defesa da Constituição e da PETROBRÁS.

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1991.

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS — AEPET



Manifesto EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO E DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO

A Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS - AEPET, que congrega cerca de 6.000 profissionais das diversas categorias universitárias do SISTEMA PETROBRÁS, promove esta reunião para comemorar o 38º aniversário da Empresa, orgulhosa dos relevantes e indiscutíveis serviços prestados pela Companhia ao desenvolvimento racional.

Em menos de quatro décadas os brasileiros ergueram uma obra monumental. Partindo de acervo modesto, também construído por brasileiros, no antigo Conselho Nacional do Petróleo, os trabalhadores da PETROBRÁS a transformaram na maior empresa do País, do hemisfério sul e situada entre as 12 primeiras companhias petrolíferas do mundo.

Sem receber recursos do Tesouro a PETROBRÁS já produz 710 mil barris/dia de petróleo, 18 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural, mantendo reservas da ordem de 8 bilhões de barris, superiores às da SHELL e da EXXON, as duas maiores empresas petrolíferas do mundo; suas operações correspondem a 3,5% do PIB brasileiro e a 10% do produto industrial do País; 55.000 empregos diretos e 3 milhões de indiretos; 10 refinarias, com capacidade para processar 1,5 milhão de barris/dia - o 80.º parque de refino; 6.100 km de oleodutos e gasodutos; 73 navios correspondendo a mais de 5 milhões de toneladas de porte bruto - a segunda frota mundial em termos de empresa.

Em 1990 a PETROBRÁS recolheu aos cofres públicos, entre impostos, taxas, contribuições sociais e royalties, cerca de US\$ 2,6 bilhões, mais de 5% de toda a arrecadação tributária do País. Esta avaliosa contribuição da Companhia para diminuir o déficit público. Além disso tem a receber do governo federal e de outras estatais mais de US\$ 2,0 bilhões. Suas operações de produção, refino, transporte e exportação de derivados, economizando e gerando divisas, respondem por aproximadamente 80% do superávit da nossa balança comercial.

Os produtos da PETROBRÁS são colocados no mercado interno a preços inferiores aos internacionais, sem quaisquer alíquota de proteção. Nos últimos 10 anos o consumidor brasileiro economizou US\$ 58 bilhões, em razão da diferença entre os preços médios de realização praticados pela PETROBRÁS e os vigentes no mercado internacional.

O desenvolvimento tecnológico proporcionado pela PETROBRÁS tem dimensão extraordinária. Assumiu liderança incontestável na exploração offshore, em águas profundas, com mais de 10 recordes mundiais na Baía de Campos. O seu Centro de Pesquisas - o maior da América Latina - além de centenas de profissionais universitários, dispõe de 33 doutores e 83 mestres, todos da mais alta qualificação, alguns deles convidados até mesmo para lecionar em universidades do primeiro mundo. A PETROBRÁS, sozinha, investe em ciência e tecnologia, 50% a mais que todas as empresas privadas no País.

Na pesquisa do petróleo o índice de sucesso da PETROBRÁS, em 1988, foi de 30,2% no mar e 35,8% em terra, contra a média mundial de 10%.

A Companhia fez surgir e crescer a indústria brasileira de bens de capital, empresas de engenharia e de várias outras atividades econômicas, adquirindo, de preferência em nosso País, mais de 90% de suas necessidades em materiais, equipamentos e serviços. São bilhões de dólares aplicados com o objetivo de desenvolver a economia nacional.

Por tudo isso, e muito mais, esta seria uma hora apenas para festejos e comemorações. Mas é, também, um momento de muita preocupação, quando se verifica que os adversários de sempre, a pretexto de emendas à Constituição, voltam-se, mais uma vez, contra o monopólio estatal do petróleo.

Muito ao contrário do que alegam os pregoeiros da "modernização da economia", na indústria do petróleo a tendência histórica irreversível é o controle, cada vez maior, do Estado. Das cinquenta maiores empresas de petróleo do mundo, 30 são estatais. Se, ao invés de 50 considerarmos, somente, as 15 maiores, 8 são estatais.

Também o pretendido retorno dos contratos de risco não pode ser levado a sério, quando os 243 contratos, celebrados com as 35 maiores empresas estrangeiras, cobrindo uma área superior a 80% das nossas bacias sedimentares, num prazo de 15 anos, uma gota sequer de petróleo produziram.

Entendimento nacional verdadeiro ocorreu no período da última Constituinte. Na elaboração da Lei Magna predominou ora o voto da maioria esmagadora, quando houve consenso, ora a conciliação das tendências partidárias, e tudo com a influência das instituições mais representativas do País e a vibrante participação dos mais variados segmentos sociais.

Na realidade a Constituição de 88 é o mais democrático dos nossos Textos Supremos. Nesse ambiente e na incessante busca do que fosse melhor para a Nação e o Regime, dispositivos houve que alcançaram a quase unanimidade dos sufrágios dos Constituintes. É o caso do artigo 177 que determina o monopólio estatal do petróleo, consagrado com 441 votos a favor, apenas 7 contrários e 6 abstenções.

É incompreensível que decorridos apenas 3 anos da promulgação da Carta de 1988 pretenda-se modificar o que resultou da mais alta manifestação da vontade de um povo, proclamada através dos seus constituintes.

No caso específico do monopólio estatal do petróleo os constituintes de 87/88 levaram naturalmente em conta os fundamentais interesses estratégicos, ligados à soberania política e à emancipação econômica do País.

Allás reafirmaram o que já constava da Lei 2004/53, da Constituição de 1967 e da Emenda número 1 de 1969.

Num mundo de blocos e forças hegemônicas é imperativo preservar-se o País da dependência econômica.

A verdade é que a Constituição de 1988 procurou aperfeiçoar nossa Democracia com as mais nobres e avançadas conquistas da civilização, nos campos político, jurídico, econômico e social.

Não é admissível ser alterada ou modificada, pelo simples capricho de tecnocratas e reformistas destituídos de visão política e sensibilidade patriótica do que realmente interessa ao Brasil.

A Constituição não é, de forma alguma, empecilho à governabilidade e, muito menos, o monopólio estatal do petróleo.

A Constituição Brasileira é um documento moderno e a PETROBRÁS é um vivo e incontestável exemplo de modernidade, no campo da economia.

Unamo-nos, pois, na defesa da Constituição e da PETROBRÁS.

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1991

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS - AEPET